

CONFLITOS POLÍTICOS EM PERNAMBUCO: QUESTÕES METODOLÓGICAS

MARIA DO SOCORRO FERRAZ
Universidade Federal de Pernambuco

Por definição de LEWIS COSER¹, o conflito é o resultado da dinâmica social em oposição à estática social e dentro desta perspectiva encontramos funções sociais positivas nesse fenômeno, na medida em que é mais um elemento catalisador de oposição e luta entre diferentes forças.

Na evolução histórica de todas as sociedades o conflito é um fenômeno presente, mas na experiência brasileira, mesmo os que assumiram uma postura radical sofreram impactos de forças contrárias, que anularam as possibilidades de alterações estruturais, de mudanças, no processo de formação da sociedade brasileira. As forças responsáveis pela continuidade do processo histórico, conseguiram transformar fricções maiores em arranjos políticos, sociais e econômicos. Também a historiografia brasileira tem dado a essas ocorrências, tratamento menor, tem minimizado a sua participação no processo global e sobretudo tem difundido o mito da tradição não violenta na história do Brasil.

O estudo da violência na história brasileira tem recentemente se encaminhado para os movimentos sociais de tipo messiânico, banditismo e as revoltas dos negros. Entretanto os movimentos considerados pré-políticos que ocorreram na primeira metade do século XIX, muitas vezes são tratados como tumultos sem grandes repercussões, como culminâncias de disputa familiares pelo poder ou quando disputa entre diferentes grupos políticos.

O historiador José Honório Rodrigues, escrevendo sobre o sentido e os efeitos da Independência do Brasil² faz

ção deve levar a reconhecer se esses grupos se constituíram de forma homogênea ou se esta homogeneidade é apenas aparente. A liderança desses movimentos, esteve na maioria das vezes, a cargo da elite social brasileira, o que nos permite dizer que os conflitos são entre elites regionais e entre as frações da elite de uma mesma região. Vejamos alguns fatos:

Após a Revolução de 1817 até a Revolução Praieira em 1848, a ordem pública não mais se restabeleceu, na forma em que antes se realizava: o rei, a sua burocracia, a aristocracia, os comerciantes, os homens livres e os escravos. Várias rebeliões vão sacudir a região Norte e Nordeste e se elas são no dizer de CARLOS GUILHERME MOTA *"desdobramentos de um mesmo processo, manifestado pela primeira vez em 1817"*, elas são também produto de uma nova correlação de forças internacionais e nacionais. Em Portugal, a burguesia assume o poder e se coloca frontalmente contra a posição da monarquia portuguesa no Brasil. A Inglaterra, por sua vez, vê com bons olhos o enfraquecimento do monopolismo português, no que diz respeito à sua posição no pacto colonial. Em outras palavras, a Inglaterra apoiará quem lhe permita fazer o maior volume de negócios possível. A Coroa Portuguesa encontrará nela uma aliada, no combate à burguesia portuguesa e mais tarde no combate à camada dirigente brasileira, que se manifeste insatisfeita e rebelde.

Internamente, a camada dirigente nordestina se afinará mais com a Junta Constitucionalista do Porto, do que com o governo português do Rio de Janeiro. A rebelião de 1821, responsável pela expulsão do governador Luís do Rego, vai por um fim no poder português no Nordeste, e ao mesmo tempo, ganha as antipatias do governo do Rio de Janeiro, que não mais se limita aos portugueses, mas, conta com o apoio de políticos importantes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esta Junta, que assume o governo em Pernambuco, presidida por Gervásio Pires Ferreira (comerciante, participante de 1817) será desestabilizada pelo ministério dos Andrada e substituída pelo Governo dos Matutos, outra junta mais ligada a aristocracia tradicional da região: repete-se aí, talvez de forma mais grave, as dissensões encontradas no governo provisório de 1817 entre um Domingos José Martins, comerciante nativo (assim como Gervásio Pires), e um Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, pertencente

a aristocracia rural⁶.

A dissolução da Assembléia Constituinte reacende os ânimos de rebeldia e mais uma atitude do governo central em torno da nomeação do novo presidente da província, Francisco Paes Barreto, o Morgado do Cabo, é recebida como uma hostilidade ao grupo mais liberal e radical, e surge então uma profunda crise geradora da Revolução de 1824.

A repressão ao liberalismo radical, levada a cabo pelo Governo Constitucionalista de Pedro I, faz crescer em Pernambuco o movimento absolutista, liderado por uma sociedade secreta "*Coluna do Trono e do Altar*"⁷, combatida por sociedades liberais, que defendiam o constitucionalismo como a "*Jardineira*" ou "*Carpinteiros de São José*" (fundada no Rio de Janeiro) seção de Pernambuco. A imprensa, por sua vez, acompanhava a divisão em torno das idéias liberais e conservadoras e os jornais liberais como o "*Abelha Pernambucana*", o "*O Constitucional*", o "*Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*", e "*A Bússola da Liberdade*", se debatiam contra as idéias conservadoras de "*O Cruzeiro*" e de "*O Amigo do Povo*".

Os motins entretanto não cessavam e as várias correntes do liberalismo se faziam representar na província, enquanto as idéias absolutistas eram defendidas, principalmente por funcionários pertencentes à burocracia, militares ligados à "*Coluna*" e comerciantes portugueses. Em fevereiro de 1829 o Imperador através de um Decreto criou comissões militares de manutenção da ordem e repressão e suspendeu em toda província as garantias constitucionais, em outras palavras, decretou Estado de Sítio.

Com a abdicação de D. Pedro I e a subida ao poder dos liberais, os grupos políticos, que na província de Pernambuco viviam em quase permanente estado de lutas civis, vão ter condições objetivas para uma polarização da luta em torno do liberalismo e do federalismo, como as ocorrências Setembrizada, Novembrada (1831) e Abrilada (1832). Se por um lado os absolutistas foram momentaneamente batidos, por outro os liberais se dividiram: os exaltados republicanos exigem o federalismo e os moderados que assumem de facto o poder, vão deter o carro das reformas com o medo do mocratismo e do elemento popular. Novas coalisões políti-

cas ocorreram na província, reproduzindo algumas das que se efetuaram a nível nacional — liberais regressistas se uniram aos monarquistas constitucionalistas contra os republicanos e os absolutistas restauradores, por sua vez, vão combater a Regência, usando todos os meios, inclusive possibilitando lutas cruentas mal entendidas como é o caso da Guerra dos Cabanos (1832 a 1835). Os republicanos, aliados da véspera, serão os maiores inimigos da experiência republicana (a Regência). Talvez tenha sido este o período de maior turbulência na história da província de Pernambuco e, o período de maior armazenamento de ódios e conflitos dos múltiplos interesses das frações da elite pernambucana, estabelecendo-se uma situação de permanente crise em que as tensões estruturais foram além das condições de equilíbrio que o sistema híbrido de republicanismo e monarquismo pode gerenciar. A Revolução Praieira de 1848 será a última ocorrência, trazendo em seu bojo estas tensões e conflitos de interesses das frações da classe dominante e será também a última tentativa da camada dirigente do Nordeste impor a sua forma de participação na consolidação do estado nacional.

Estes conflitos se situam em nível quase estritamente político porque são tensões e disputas entre produtores agrícolas e intermediários, nacionais ou portugueses, de uma comercialização que escapava ao controle das duas partes, porque era controlada do exterior⁸. Eles se manifestam em torno das questões políticas, dos grupos que são tão próximos ao poder central, porque é daí que provém a ajuda financeira sob diferentes formas desde trabalhos públicos, tráfico de influências, financiamentos das exportações, impostos, etc., e se projetam em defesa de uma região porque essas elites se reproduzem em função dos subsistemas econômicos regionais, e se organizam em torno do pensamento liberal.

A descrição desses conflitos é insuficiente para explicá-los, como é igualmente insuficiente a construção de uma ou mais hipóteses e a verificação com dados empíricos. O que dá a certeza da pesquisa científica é a sua integração num determinado sistema dedutivo. A formalização de teorias para as ciências sociais tem sempre uma dificuldade inicial de natureza intrínseca: a própria estrutura social constitui na verdade um sistema indefinido. Portanto, a pesquisa científica nas ciências sociais tem um grau maior de comple

xidade.

Se quizermos ultrapassar a simples descrição dos acontecimentos históricos, devemos efetuar uma análise concreta a partir de um esforço de teorização e relacioná-los a um conjunto de leis gerais. Isto porque consideramos a história não como um simples suceder de fatos mas como a história das estruturas em um contínuo movimento social e que estas leis gerais têm seus limites num dado espaço e tempo definidos.

Outra dificuldade que um historiador brasileiro enfrenta é a ausência de uma adequação da teoria social geral aos problemas específicos do Brasil, principalmente quando trabalha um período em que modos de produção pré-capitalista e capitalista se complementam.

Realizar uma investigação empírica e aplicar nela um esquema ideológico, é também insuficiente, portanto a colocação correta é a seguinte: partir de problemas históricos políticos e usando um instrumental teórico e adequado buscar os dados empíricos e com esta combinação efetuar análises concretas na tentativa de obter as explicações de forma segura e sintética.

"Indivíduos definidos, dotados de uma atividade produtiva segundo um modo definido entram em relações sociais e políticas definidas. Em cada caso isolado, a observação empírica tem de mostrar empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação a ligação entre a estrutura social e política e a produção"⁹.

Desse modo, torna-se muito complexo trabalhar com realidades que ainda não tem definido cristalinamente todo o seu processo de formação social pois,

"A economia política aspira constituir para cada formação social, uma teoria geral que englobaria de maneira abstrata o conjunto do modo de ação da referida formação. Uma teoria

deste gênero, inteiramente desenvolvida, não existe no presente senão para o modo de produção capitalista"¹⁰.

Eu me refiro a formação social brasileira e volto a insistir em que ainda não existe uma adequação da teoria social geral aos problemas históricos específicos, não apenas do Brasil mas da América Latina.

Para compreender com maior clareza estas indefinições e estas probabilidades da formação social brasileira nos valem da concepção materialista da história, por ser a que possibilita superar o enfoque "acontecimental" e atingir o nível categorial sistemático, ao qual só se aplica o modo lógico do método dialético:

*"Mas este não é, na realidade outra coisa senão o método histórico, apenas despojado de sua forma histórica e das contingências perturbadoras"*¹¹.

O modo lógico do método dialético consiste no

*"estudo articulado de categorias e leis específicas de um modo de produção. Estudo categorial sistemático ou, se quizerem, estrutural, no sentido de que deve atravessar as aparências fenomenais e revelar a estrutura essencial, com seus elementos, suas conexões internas e seu movimento próprio, que é o movimento de suas contradições"*¹².

O estudo de conflitos políticos na história do Brasil, enquanto fenômeno localizado na superestrutura de uma sociedade, conflitos esses entre elites regionais ou frações dessas elites, não se constitui apenas a partir das relações jurídicas, políticas e morais mas tem suas raízes nas condições materiais de existência dessas elites, portanto:

"Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência"¹³.

Esses conflitos que foram ideologizados pela doutrina liberal, no século XIX, foram praticamente liderados, com algumas exceções, pela classe dominante. Como então tipificar esses conflitos que não representam a clássica luta de classes e sim lutas entre frações de uma mesma classe. Sabemos que as camadas dominantes no Brasil, na primeira metade do século XIX, tendo idênticos referenciais para as mesmas atividades econômicas, encontravam-se mal articuladas e dispersas em regiões distantes umas das outras de tal modo que frações dessas camadas se tornaram concorrentes e inimigas umas das outras¹⁴.

Se no componente social aparecem outros grupos em choque como comerciantes versus proprietários de terra, são circunstâncias e não a regra. A frequência nesses conflitos é encontrar proprietários, plantadores de cana-de-açúcar em luta contra os seus pares ou uma fração de proprietários aliada a grupos do comércio e ou burocratas e militares.

Numa perspectiva de elucidar essas contradições deve-se trabalhar as estruturas econômicas, que contém a totalidade das relações de produção da sociedade, o que possibilitará uma maior base para o entendimento e explicação das contradições existentes a nível das camadas dominantes.

"Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais

*da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então uma era de revolução social"*¹⁵

Embora não se possa classificar a época conflituosa de 1821 a 1848 como um período revolucionário, no qual as estruturas econômica e social teriam passado por transformações qualitativas deve-se aferir as contradições dessas frações em luta, e tentar responder a que nível esses conflitos existiam entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Considerando que o estudo sobre os conflitos e contradições entre frações de classes exigem um aporte mais específico, a acepção gramsciana de *bloco histórico*¹⁶ é uma categoria explicativa, que pode complementar as outras, aqui já referidas, e fundamentar a relação de fração de classe dentro da própria classe e a sua articulação com outras classes; e como os conflitos se dão a nível superestrutural e mantêm uma relação de interdependência com a estrutura, o conceito de Gramsci sobre o papel dos intelectuais é bastante elucidativo no que diz respeito ao papel dos teóricos liberais que conceberam modelos políticos balizadores da formação do estado nacional.

Quando analisa em '*A Questão Meridional*' o papel do intelectual, GRAMSCI o distingue como o elemento de ligação entre a estrutura econômica e a superestrutura do '*bloco agrário reacionário*':

"A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído de três camadas sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada, os intelectuais da pequena e média burguesia, os grandes latifundiários e

os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em estado de revolta latente, mas enquanto massa eles são incapazes de exprimir suas aspirações e suas necessidades sob uma forma coerente. É a base camponesa que dá seu impulso à atividade política e ideológica da camada média dos intelectuais. Os grandes proprietários, no campo político, e os grandes intelectuais, no campo ideológico, centralizam e dominam todo esse conjunto"¹⁷.

Portanto, fazendo um estudo categorial sistemático das estruturas econômicas da sociedade em questão para melhor entendimento dos conflitos a nível de superestrutura e trabalhando o conceito de '*bloco histórico*' para complementar o estudo de classe e frações de classe e ainda utilizando o pensamento gramsciano do papel do intelectual como agente da superestrutura e elode ligação com a estrutura, poderemos com maior segurança alcançar os objetivos a que nos propomos, inclusive revisar algumas interpretações sobre os fatos que aparecem distorcidas na historiografia brasileira.

ABSTRACT

This article emphasizes the need for a methodological framework for the study of political conflict in Brazil. The author suggests that such conflicts can best be studied by, (1) examining the economic structures of the society in question, (2) utilizing Gramsci's concept of an "historical bloc" as a complement to the study of classes and class factions, and (3) using Gramsci's concept of the intellectual as an agent of the superstructure that links the superstructure to the structure of society.

NOTAS

1. LEWIS, A. Coser. The Functions of Social Conflict, III, 1956, pp. 20 e 31, citado por KEITH, Henry in A Tradição não Violenta na História do Brasil in Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileiro. Org. por Henry H. Keith e S. F. Edwards. Civilização Brasileira, 1970, p. 273.
2. RODRIGUES, J. H. Independência: Revolução e Contra-Revolução. Livraria Francisco Alves Editora S/A, RJ. 1975, p. 242.
3. "O mito da não violência podia assim ser invocado para o fim de exaltar o Império e também estabelecer a diferença e superioridade do Brasil em relação a outras nações da América Latina. O que começou como apologia da vitória final da monarquia sobre a violência de liberais e separatistas — nem sempre aliados — durante e logo após o período da Regência, converteu-se em dogma oficial do período que se estende de 1845 até a dissolução do Império e a fundação da República em 1889". KEITH, Henry. A Tradição não Violenta, in Conflito e ... op. cit., p. 271.
4. A revolução de 1817, não foi incluída entre esses movimentos por compreendermos que ela tem uma dinâmica que se insere no contexto colonial, numa relação com Portugal, que não nos cabe aqui analisar.
5. LEWIS, A. Coser. Op. cit., por Henry Keith, op. cit. p. 273.
6. Ver MOTA, Carlos Guilherme. 1822, Dimensões — O processo de Independência no Nordeste. Editora Perspectiva, 1972. p. 221.
7. Quanto a data de sua criação, há um desencontro entre Pereira da Costa que apresenta o ano de 1828 e Alfredo de Carvalho, 1829.
8. MARTINS, Luciano. Pouvoir et développement économique. (Formations et evolution des structures politiques au

Brésil). Chapitre I. Tese de doutoramento, apresentada à Universidade de Paris, em 1977.

9. MARX, Karl. A Ideologia Alemã, Zahar, 1965, p. 21.
10. LANGE, Oskar. Economie Politique, Paris, Presses Universitaires de France, 1962. t. 1, p. 121, citado por Gorender, Jacob - in Modos de Produção e Realidade Brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 44.
11. ENGELS, F. La Contribucion e la Crítica de la Economía Política de Karl Marx, em Marx e Engels - Escritos Economicos varios, Mexico, Grijalbo, 1966, p. 190.
12. GORENDER, Jacob. ob. citada, pp. 44 e 45.
13. MARX, Karl. Teoria e Processo Histórico da Revolução Social in Marx e Engels - História, organizador Florestan Fernandes, tradução de Florestan Fernandes - SP, Ática, 1983, p. 233.
14. "Os indivíduos isolados só formam uma classe quando tem de lutar em comum contra outra classe; fora disso, situam-se como inimigos na concorrência". MARX, Karl. A Ideologia Alemã, Zahar, RJ, 1965, p. 54.
15. MARX & ENGELS. História, ob citada, p. 233.
16. "A infra-estrutura e a superestrutura formam um '*bloco histórico*', ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante da superestrutura é o reflexo do conjunto de relações sociais de produção". (II Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce, Torino, 1949), citado por MACCIOCCHI, M. A. A favor de Gramsci Trad. de Angelina Peralva, RJ, Paz e Terra, 1977, p. 149.
17. Citado por MACCIOCCHI, M. Antonietta. A favor de Gramsci Trad. de Angelina Peralva, RJ, Paz e Terra, 1977, p. 188.